

# PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

## GERENCIADOR (UASG)

(160434)

**2ª BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA**

## OBJETO

Registro de preço para eventual aquisição de Gás e Lenha, Material de Copa e Cozinha e Gêneros de Alimentação, em proveito da 2ª Bia AAAe (GERENCIADORA) e do 7º RC Mec (PARTICIPANTE) sediados na guarnição de Santana do Livramento, RS.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 4.234.205,70**

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

De acordo com o publicado no Diário Oficial da União

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

**NÃO**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
10. DO TERMO DE CONTRATO .....	15
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	15
12. DOS RECURSOS.....	16
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19

## **2ª BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026**

**(Processo Administrativo nº 64158.001286/2026-87)**

Torna-se público que a 2ª BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA, por meio da Seção de aquisições, licitações e contratos, sediada na Avenida Vinte Quatro de Maio, 1192, Divisa, CEP 97573-396, Santana do Livramento-RS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de preço para eventual aquisição de Gás e Lenha, Material de Copa e Cozinha e Gêneros de Alimentação, em proveito da 2ª Bia AAAe (GERENCIADORA) e do 7º RC Mec (PARTICIPANTE) sediados na guarnição de Santana do Livramento, RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 211 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas nesse edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens **1 a 66, 68 a 75, 77, 80 a 211**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Os itens 208, 209, 210 e 211 referem-se à cota reservada dos itens 67, 76, 78 e 79 respectivamente, Conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.10.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.10.12 Pessoas físicas.

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.111 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item em ( R\$ );

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um) centavo.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas brasileiras;

7.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicaf;
  - 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
  - 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
  - 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
  - 8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1 conter vícios insanáveis;
  - 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
  - 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
  - 8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por via eletrônica no sistema comprasnet.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, (02) DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

13.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6 fraudar a licitação;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 advertência;

13.2.2 multa;

13.2.3 impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

13.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [salc2bia@gmail.com](mailto:salc2bia@gmail.com)

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

15.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

15.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Mapa comparativo de preços;

15.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

15.11.3 Anexo III – Minuta de Nota de Empenho;

Santana do Livramento, 01 de junho de 2026.



**SAMUEL TEIXEIRA VERRI – Cap**

Comandante da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea

## 2 BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAEREA/RS

## Termo de Referência 6/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	160434-2 BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAEREA/RS	LEONARDO BUENO SIRENA	01/06/2026 18:11 (v 0.9)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64158.001286/2026-87

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gás e Lenha, Material de Copa e Cozinha e Gêneros de Alimentação destinados ao Setor de Aproveitamento, com a finalidade de atender às necessidades das atividades de preparo, armazenamento e distribuição de refeições realizadas no rancho da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea e do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado, contribuindo para o adequado funcionamento das rotinas de arrazoamento das Organizações Militares.

1.2. Nos termos da tabela em anexo a este Termo de Referência, a coluna "QTD" "2BiaAAAE", conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento das quantidades estabelecidas para a 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea.

1.3. Nos termos da tabela em anexo deste Termo de Referência, coluna "QTD" "7RCMEC", conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento das quantidades estabelecidas para o 7ª Regimento de Cavalaria Mecanizado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. A estimativa de consumo individualizada de cada um dos órgãos e entidades participantes encontra-se nos autos do processo licitatório.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses**, sendo somados a ele os prazos de entrega (eventual prorrogação), recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento, o equivalente a 60 dias contados do(a) Emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo de vigência dos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes deste Termo de Referência não se confunde com o prazo de validade da própria Ata, sendo regido pelas disposições contidas neste Termo de referência e Edital.

**1.8. Em caso de divergência entre as especificações constantes neste Termo de Referência e aquelas constantes no CATMAT, prevalecerão as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.**

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência e à execução da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea e o 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado (7º RCMec), Organizações Militares sediadas em Santana do Livramento/RS, necessitam proceder à aquisição de Gás e Lenha, Material de Copa e Cozinha e Gêneros de Alimentação destinados ao Setor de Aprovisionamento, a fim de atender às demandas relacionadas às atividades de preparo, armazenamento e distribuição de refeições realizadas nos ranchos das Unidades.

2.2. A presente aquisição tem por objetivo assegurar o fornecimento de Gás e Lenha, Material de Copa e Cozinha e Gêneros de Alimentação — itens indispensáveis ao adequado funcionamento das rotinas do Setor de Aprovisionamento, contribuindo para a manutenção das condições necessárias ao preparo e à oferta regular de alimentação ao efetivo, garantindo o bem-estar alimentar da tropa e a continuidade das atividades administrativas e operacionais das Organizações Militares.

2.3. A aquisição visa manter a adequada qualidade e disponibilidade dos materiais utilizados nas atividades de arrazoamento, proporcionando melhores condições para o preparo e a distribuição das refeições, assegurando a eficiência das atividades desenvolvidas pelo rancho e evitando qualquer interrupção que possa comprometer o cumprimento das rotinas diárias desta Organização Militar.

2.4. A escolha do fornecedor dar-se-á com observância aos princípios da isonomia, economicidade e eficiência, mediante cotação prévia de preços junto a fornecedores e registro no Sistema de Dispensa Eletrônica, conforme a legislação vigente e as diretrizes do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.5. Dessa forma, a presente aquisição mostra-se necessária e devidamente justificada, visando garantir o regular suprimento de Gêneros de Alimentação, Gás e Lenha, Material de Copa e Cozinha — itens indispensáveis ao funcionamento do Setor de Aprovisionamento da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea e do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado, sem prejuízo à continuidade dos serviços essenciais prestados por ambas as Organizações Militares.

2.6. As quantidades e o valor máximo estimado encontram-se descritos em quadro específico constante do Mapa Comparativo de Preços, o qual integra este Termo de Referência como anexo. O planejamento integrado da aquisição contribui para a melhoria da qualidade técnica dos artefatos da contratação, reduz a duplicidade de esforços entre os setores envolvidos e aperfeiçoa o trabalho dos gestores, especialmente nas atividades relacionadas às aquisições, licitações e contratos, proporcionando maior eficiência administrativa e economia processual.

2.7. Ademais, destaca-se que a utilização do poder de compra da Administração Pública possibilita a obtenção de melhores condições de mercado, especialmente quando observadas oportunidades de economia de escala, permitindo à Administração alcançar preços mais vantajosos e adequados ao atendimento de suas necessidades institucionais.

2.8. Os materiais a serem adquiridos são considerados bens comuns, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, não devendo ostentar características ou especificações superiores às necessárias para o cumprimento de sua finalidade, sendo vedada a aquisição de artigos de luxo.

2.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 202, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000274/2026;

Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

Id dos itens no PCA: 48, 49, 50;

Classe/Grupo: 8940 ,8135, 6830;

Identificador da Futura Contratação: 160434-17/2026.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A solução escolhida para a contratação foi a realização de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que não há a obrigação, por parte da administração pública, de adquirir as quantidades solicitadas na sua totalidade. A utilização do Pregão Eletrônico na modalidade SRP se faz necessário também em virtude desta Instituição não possuir os recursos necessários para a aquisição de todo o material, aqui solicita, havendo a possibilidade de descentralização dos créditos, em parte ou em sua totalidade, durante a vigência da pretendida Ata de Registro de Preços. Cabe ressaltar que a escolha realizada é legal, indo ao encontro com princípios norteadores da Administração Pública como é o caso do princípio de economicidade, que busca a concretização de resultados com o menor custo possível e o princípio de eficiência que é um importante instrumento para que se possa exigir a qualidade dos produtos.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **SUSTENTABILIDADE**

4.1. A contratada deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental previstos: na Lei nº 14.133 /2021; no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010; no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 8ª edição/ 2025, da Advocacia-Geral da União; e nas demais normas ambientais aplicáveis:

4.1.1. utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

4.1.2. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, observadas as normas locais e federais pertinentes;

4.1.3. observar os limites máximos de ruídos fixados em normas técnicas e ambientais aplicáveis aos equipamentos utilizados na execução do objeto;

4.1.4. fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas de segurança do trabalho;

4.1.5. promover ações de treinamento e conscientização de seus empregados visando à redução do consumo de energia elétrica, consumo de água e geração de resíduos sólidos;

4.1.6. observar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas ao gerenciamento e destinação de resíduos sólidos;

4.1.7. realizar o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos eventualmente gerados na execução contratual, inclusive quanto à coleta seletiva e destinação final ambientalmente adequada, observada a legislação aplicável.

4.1.8. Para os itens relacionados no Apêndice II do Anexo I – Mapa comparativo de preços, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.” o edital como requisito previsto em lei especial;

#### **SUBCONTRATAÇÃO**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, face ao valor unitário de cada material e o tipo de objeto não ser de grande complexidade técnica, entendemos não haver necessidade de garantia de execução.

## **RESERVA DE COTAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR**

4.4. A reserva mínima de 30% (trinta por cento) dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar será realizada em processo administrativo separado, por meio de Chamada Pública, observando-se as disposições aplicáveis ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e demais normas correlatas, sob responsabilidade da equipe de apoio designada para a condução do referido procedimento.

## **RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

4.5. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.5.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, conforme quantitativo solicitado em nota, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens referentes a 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea, situada no município de Santana do Livramento: Av. Vinte Quatro de Maio, nº 1192 - Divisa, Cep: 97573-396, telefone: (55) 99221-7294 de segunda à quinta, das 8h às 12h ou das 13:30h às 17h e sexta-feira das 8h às 12h, será exceção dos dias em que não houver expediente na organização militar.

5.4. Os bens referentes ao 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado, situada no município de Santana do Livramento: Senador Salgado Filho, Nº1720 – Cerro do Depósito, Cep: 97578-070, de segunda à quinta, das 8h às 12h ou das 13:30h às 17h e sexta-feira das 8h às 12h, será exceção dos dias em que não houver expediente na organização militar.

## **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

5.5. Não haverá exigência de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que os itens objeto da presente contratação são classificados como materiais de consumo, de fornecimento imediato e sem natureza continuada, permanecendo resguardada a obrigatoriedade de atendimento às condições de qualidade, validade, integridade e conformidade dos produtos por ocasião do recebimento.



## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A nota de empenho será processada na modalidade ordinário.

6.6. O empenho ordinário significa que a reserva de recursos orçamentários destinados a atender despesas de valor fixo e previamente determinado.

6.7. A Nota de Empenho da despesa terá força de Contrato, conforme prevê o Art. 95 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021: "Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como cartac contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:"

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substituto.

### **Fiscalização Técnica**

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor de Contrato**

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **LIQUIDAÇÃO**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. O prazo de validade;

8.12.2. A data da emissão;

8.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. O valor a pagar; e

8.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto

à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **PRAZO DE PAGAMENTO**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (dez) dias contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **FORMA DE PAGAMENTO**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado. 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas

## **REAJUSTE**

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/03/2026.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A2] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO , sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **FORMA DE FORNECIMENTO**

9.2. O fornecimento do objeto poderá ser integral ou parcelado.

### **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Termo de Referência

### **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Para o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, a licitante deverá apresentar ato de autorização vigente para o exercício da atividade de distribuição e/ou revenda de GLP, outorgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, conforme o caso, observada a modalidade de fornecimento do objeto licitado.
- 9.13.1. Quando se tratar de fornecimento de GLP a granel, deverá ser comprovada a autorização específica para o exercício da atividade correspondente, nos termos do art. 3º das Resoluções ANP nº 957 e nº 958, de 5 de outubro de 2023.
- 9.13.2. Quando se tratar de fornecimento de GLP envasado, em botijões ou recipientes transportáveis, deverá ser comprovada a autorização pertinente para o exercício da atividade de distribuição e/ou revenda de GLP envasado, outorgada pela ANP.
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.23.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

## **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

9.26. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

## **10. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ **4.234.205,70** ( **Quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinco reais e setenta centavos**), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.**

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/160434;

II) Fonte de recursos: 10000000000;

III) Programa de Trabalho: 171397;

IV) Elemento de despesa: 3.3.90.30

V) Plano Interno: E6SUPLJA1QR;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.**

## **13. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEONARDO BUENO SIRENA**

Equipe de apoio

**ANDRE ALVES PINTO**

Equipe de apoio

**MATHEUS VASCONCELOS DE ARAUJO**

Equipe de apoio

**SAMUEL TEIXEIRA VERRI**

Autoridade competente

**2 BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAEREA/RS****Estudo Técnico Preliminar 10/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64158.001286/2026-87

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea (Órgão Gerenciador) e o 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 7º RCMec (Órgão Participante), ambos sediados em Santana do Livramento/RS, pertencentes a estruturas administrativas distintas e independentes entre si, necessitam proceder à aquisição de Gás e Lenha, Material de Copa e Cozinha e Gêneros de Alimentação, destinados a atender às demandas dos respectivos Setores de Aprovisionamento, com vistas a assegurar o adequado suprimento alimentar, bem como a regularidade das atividades de preparo, distribuição e fornecimento de refeições à tropa.

2.2. A presente aquisição tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo de Gás e Lenha, Material de Copa e Cozinha e Gêneros de Alimentação, em proveito da 2ª Bia AAAe e do 7º RC Mec necessários à manutenção da alimentação da tropa, garantindo a qualidade, a regularidade e a suficiência das refeições servidas, de modo a contribuir para a preservação da saúde do efetivo e a continuidade das atividades administrativas e operacionais das Organizações Militares.

2.3. A aquisição visa manter a adequada qualidade, regularidade e disponibilidade dos gêneros alimentícios, assegurando condições apropriadas para o preparo, a manipulação, o armazenamento e a distribuição de alimentos, proporcionando segurança alimentar, eficiência no serviço de aprovisionamento e conformidade com as normas vigentes, evitando qualquer descontinuidade que possa comprometer o funcionamento do serviço de alimentação e o cumprimento das atividades diárias das Organizações Militares.

2.4. As quantidades da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea e do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado estão expostas em anexo ao Termo de Referência.

2.5. Além de melhorar a qualidade técnica dos artefatos da contratação, um planejamento integrado de aquisição reduz aduplicidade de esforços entre as organizações interessadas e aperfeiçoa o trabalho dos gestores, com ênfase nas atividades de aquisição, licitações e contratos, ensejando, ainda, economia processual.

2.6. O grande benefício, entretanto, advém da utilização do poder de compra do Governo Federal, na medida em que, ao aproveitar as oportunidades de economia de escala, a Administração Pública pode obter melhores preços justos ao mercado, reduzindo seus custos em benefício do atendimento de suas diversificadas demandas.

**Plano Diretor de Logística Sustentável.**

2.7. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

2.8. Instituído pela Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, sob a luz da nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133, de 2021, o PLS deverá nortear a elaboração dos planos de contratações anual, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, projetos básicos ou termos de referência das contratações realizadas pela administração pública federal.

2.9. Segundo a norma acima mencionada, a elaboração do PLS é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e deve seguir o modelo de referência instituído pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023.

2.10. No caso específico desta contratação, que visa à aquisição de gêneros de alimentação para a UASG 160434, o alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do órgão se materializa por meio da adoção de critérios que buscam a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Esse documento foi elaborado em conformidade com o PLS do órgão. Em estrita observância ao art. 7º da IN SEGES/ME nº 58/2022 e ao inciso II do §1º do art. 8º da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Aprovisionamento	Leonardo Bueno Sirena

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº. 14.133/21.

4.2. Para que a presente aquisição seja efetuada, existe o principal requisito mínimo para sua satisfação, que será cobrado no momento do recebimento que será: a qualidade do produto ou serviço que será entregue. A contratação também requer que a fornecedora exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia Geral da União.

4.3. Devem ser observados, sempre que possível, os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.4. Os bens devem ser presencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.5. Para fins de adequada definição, registra-se que o Item 65 refere-se ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) acondicionado em botijões, enquanto o Item 66 refere-se ao fornecimento de GLP a granel, destinado ao abastecimento de tanque estacionário existente nas instalações da Administração.

4.5.1. A futura empresa fornecedora contratada, bem como todos os equipamentos fornecidos e instalados (tais como tanques, cilindros, válvulas e linhas de transferência), deverão obrigatoriamente atender e estar em conformidade com a legislação vigente, as resoluções e as normas técnicas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

4.5.2. Em relação ao Item 65, referente ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) acondicionado em botijões, o fornecimento deverá ser realizado por empresa devidamente autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o exercício da atividade de revenda de GLP, nos termos da Resolução ANP nº 958, de 05 de outubro de 2023, ou norma superveniente que a substitua.

4.5.2.1 A futura contratada deverá comprovar a manutenção da respectiva autorização durante toda a vigência contratual, como condição para execução do objeto. Considerando que o fornecimento deste item ocorrerá mediante entrega de recipientes cheios (botijões), será exigida a autorização correspondente à atividade de revenda de GLP outorgada pela ANP.

4.5.3 Em relação ao Item 66, referente ao fornecimento de GLP a granel, registra-se que essa modalidade de abastecimento exige a existência de central de gás/tanque estacionário para armazenamento do produto. Dessa forma, o fornecimento de GLP a granel compreenderá, além do abastecimento do produto, a instalação, disponibilização e manutenção da central de gás/tanque estacionário necessária à execução do objeto, cabendo à futura contratada providenciar a infraestrutura necessária para a central de gás em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis, sem ônus adicional para a Administração além daqueles previstos na contratação.

4.5.3.1 Somente poderão executar o fornecimento empresas distribuidoras de GLP devidamente autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nos termos da Resolução ANP nº 957, de 5 de outubro de 2023, ou norma superveniente que a substitua. Para tanto, a futura contratada deverá comprovar a manutenção da autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP durante toda a vigência contratual, como condição para execução do objeto.

4.6. Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos pela legislação sanitária vigente, observando as normas da ANVISA e demais órgãos competentes. Os produtos deverão apresentar prazo de validade compatível com o período de utilização pela Administração, possuir embalagens íntegras e adequadas ao transporte e armazenamento, bem como conter rotulagem conforme exigências legais. Quando aplicável, deverão possuir registro ou notificação junto aos órgãos competentes.

4.7. A contratação observará os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, contemplando, quando aplicável, exigências relativas a registro sanitário, rotulagem, embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental, conformidade com a legislação ambiental e sanitária e adoção de práticas que contribuam para a redução da geração de resíduos e para o consumo sustentável.

#### 4.8. DA JUSTIFICATIVA PARA A VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO:

I - Em estrita observância ao art. 15, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a vedação à participação de empresas sob a forma de consórcio neste certame, considerando a natureza do objeto e as peculiaridades operacionais da Organização Militar (OM), pelos fundamentos a seguir expostos.

**Ampla Competitividade de Mercado:** O mercado de fornecimento de gêneros alimentícios é altamente competitivo e amplamente atendido por distribuidoras locais e regionais de diversos portes. Não há complexidade tecnológica ou vulto financeiro extraordinário que justifique a união de duas ou mais empresas para o cumprimento do objeto licitado.

**II - Rigor Logístico e Pontualidade na Rotina Militar:** O fornecimento dar-se-á de forma parcelada, mediante cronograma rigoroso de entregas destinado ao abastecimento da cadeia de subsistência do quartel. A rotina militar e o funcionamento do rancho dependem, impreterivelmente, do cumprimento exato dos dias e horários estabelecidos. A admissão de consórcios insere risco adicional de desarticulação logística e de falhas de comunicação entre as empresas consorciadas, circunstâncias que podem ocasionar atrasos e, consequentemente, comprometer o regime de alimentação do efetivo e a continuidade das atividades institucionais da caserna.

**III - Controle de Acesso e Segurança Orgânica:** Por se tratar de instalação militar, o ingresso de terceiros e de veículos de carga está sujeito a rígidos protocolos de segurança orgânica e controle de acesso. A centralização da execução contratual em um único fornecedor individualizado otimiza os procedimentos de credenciamento de motoristas e veículos, mitigando riscos à segurança decorrentes da eventual rotatividade de múltiplos agentes atuando sob a estrutura de um consórcio.

**IV - Responsabilização Direta e Risco Sanitário:** A estocagem, o transporte e a manipulação de alimentos exigem rigoroso controle sanitário. Na hipótese de entrega de produtos em desconformidade ou com prazo de validade incompatível, a Administração necessita de responsabilização imediata e inequívoca para a pronta

substituição dos itens. A fragmentação de responsabilidades inerente aos consórcios pode dificultar a identificação do responsável pela falha, comprometendo a celeridade das notificações e a eventual aplicação de sanções administrativas.

Conclui-se, portanto, que a vedação à participação em consórcios neste certame é medida proporcional, necessária e adequada para garantir a segurança jurídica, a eficiência logística e o interesse público da Administração Militar.

#### 4.9. DA JUSTIFICATIVA PARA A VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA:

4.9.1. Em cumprimento ao parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021, este órgão opta por vedar a participação de pessoas físicas no presente certame, tendo em vista que as exigências operacionais e logísticas inerentes ao objeto são incompatíveis com a natureza profissional e a estrutura normalmente disponível a uma pessoa física, conforme os fundamentos a seguir expostos.

I - Exigência de Estrutura Mínima e Capacidade Logística: O objeto licitado consiste no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades de subsistência desta Organização Militar. A execução contratual demanda infraestrutura física e logística adequada, incluindo instalações apropriadas para armazenamento, capacidade de estocagem reguladora e veículos próprios ou contratados para o transporte dos produtos, observadas as condições exigidas para a preservação da qualidade dos alimentos. Tais requisitos mostram-se incompatíveis com a atuação isolada de pessoa física.

II - Necessidade de Corpo Técnico e Operacional: Para assegurar o cumprimento regular do cronograma de entregas parceladas, o contratado deverá dispor de equipe operacional composta por profissionais aptos a executar as atividades de transporte, carga, descarga e demais procedimentos relacionados ao fornecimento, além de eventuais responsáveis pela garantia da qualidade dos produtos. A natureza profissional da pessoa física não comporta, em regra, a manutenção e coordenação dessa estrutura de pessoal necessária à adequada execução do objeto.

III - Exigências Fiscais, Sanitárias e de Regularidade: O fornecimento de gêneros alimentícios exige o atendimento a requisitos fiscais e sanitários específicos, incluindo a emissão de documentos fiscais relativos à atividade comercial e a apresentação de autorizações, licenças e alvarás expedidos pelos órgãos competentes, especialmente aqueles relacionados à vigilância sanitária. Tais exigências estão diretamente associadas ao exercício regular da atividade empresarial e à estrutura formal de pessoas jurídicas.

4.9.2. Diante do exposto, resta demonstrado que as exigências de estrutura mínima, equipamentos, instalações, regularidade fiscal e equipe operacional necessárias à execução do objeto são incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, justificando-se sua vedação no presente certame, com vistas a assegurar a continuidade, a segurança e a eficiência do abastecimento desta Organização Militar.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Foi realizado um levantamento pela Equipe de Apoio nomeada para a licitação, onde se verificou que a melhor metodologia para a referida contratação é a média, pois, se destina a medir a tendência dos preços coletados na amostra, são o que, em estatística, denominados de medida de tendência central.

5.2. A média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, em razão de seu valor computar todos os preços coletados, ressalta-se ainda que a medida não despreza qualquer informação coletada e isso é uma grande vantagem estatística. Neste caso, usar a média tornou necessário, pelo fato dos valores pesquisados não se apresentarem tão distantes entre si. Outra medida como a mediana, em valores heterogêneos, se tornaria a opção ideal, pelo fato de ser uma medida mais resistente, no entanto, na presente situação a média representa melhor a realidade dos valores.

5.3. Considerando que esta Unidade Gestora está situada em região de fronteira, no município de Santana do Livramento/RS, caracterizado como área de final de rota logística, observa-se que os preços praticados localmente sofrem impacto direto dos custos de transporte e da menor oferta de fornecedores na região. Dessa forma, a

pesquisa de preços buscou refletir a realidade do mercado local, priorizando referências compatíveis com as condições efetivas de fornecimento à Administração, em observância ao princípio da economicidade e à necessidade de obtenção de estimativas fidedignas

5.4. Do levantamento realizado no mercado, constatou-se a possibilidade de atender plenamente o disposto na IN 73 SEGES/ME de 30 de setembro de 2022.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução escolhida para a contratação foi a realização de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que não há a obrigação, por parte da administração pública, de adquirir as quantidades solicitadas na sua totalidade. A utilização do Pregão Eletrônico na modalidade SRP se faz necessário também em virtude desta Instituição não possuir os recursos necessários para a aquisição de todos os gêneros de cozinha, aqui solicitados, havendo a possibilidade de descentralização dos créditos, em parte ou em sua totalidade, durante a vigência da pretendida Ata de Registro de Preços. Cabe ressaltar que a escolha realizada é legal, indo ao encontro com princípios norteadores da Administração Pública como é o caso do princípio de economicidade, que busca a concretização de resultados com o menor custo possível e o princípio de eficiência que é um importante instrumento para que se possa exigir a qualidade dos produtos.

6.2. A solução consiste na aquisição e no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, abrangendo produtos estocáveis, perecíveis, hortifrutigranjeiros, carnes, laticínios, panificados e demais itens necessários ao preparo das refeições, conforme as demandas da Administração. O fornecimento deverá ocorrer nos locais indicados pelo órgão, observando os requisitos de controle de qualidade, prazos e acondicionamento dos alimentos nos locais indicados pelo órgão, garantindo o padrão higiênico-sanitário exigido pela legislação vigente.

6.3. A contratação mostra-se necessária para assegurar o abastecimento contínuo dos estoques e a regular execução das atividades de alimentação desenvolvidas pela Administração, garantindo o atendimento das necessidades nutricionais dos beneficiários e a manutenção dos serviços essenciais de preparo e distribuição de refeições. A solução adotada busca prevenir desabastecimentos, assegurar a continuidade do serviço e proporcionar o adequado suporte às atividades institucionais.

6.4. Justifica-se a classificação dos bens descritos neste ETP como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Essa caracterização fundamenta-se no fato de que os itens possuem padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas amplamente usuais no mercado, permitindo sua descrição de forma objetiva e clara. Não há complexidade técnica singular que exija uma avaliação de caráter predominantemente intelectual, viabilizando a futura adoção da modalidade Pregão.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. As quantidades estão expostas no item em Anexo ao Termo de Referência.

7.2. Nos termos da tabela em anexo ao Termo de Referência, a coluna "QTD" "2BiaAAAE", conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento das quantidades estabelecidas para a 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea.

7.3. Nos termos da tabela em anexo deste Termo de Referência, coluna "QTD" "7RCMEC", conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento das quantidades estabelecidas para o 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

7.4. Resta informar, que os itens que compõe o objeto desta licitação, foram minuciosamente analisados e mensurados com base na necessidade da demanda.



## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 4.234.205,70

8.1. A Instrução Normativa nº 73/2022 - SEGES/ME, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2. A concorrência entre fornecedores em apenas um grupo de itens não é interessante para a competitividade do certame e, consecutivamente, para a redução significativa do preço orçado como referência nos itens. O cenário em que apenas um fornecedor detém o fornecimento de todos os itens do certame é perigoso à administração, porque é possível que, por algum motivo interveniente, a empresa perca a capacidade de fornecer aqueles materiais, ou mesmo, seja punida por outro órgão público federal, impossibilitando então de fornecer os materiais licitados e basicamente “anulando” a licitação realizada, gerando custos a União. Sendo assim, considerando que há economicidade escala através do parcelamento, optou-se por essa alternativa.

9.3. Assim, seguindo a alínea b, do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei 14.133/21, a licitação em tela será realizada por item sendo o parcelamento da solução, uma vez que o objeto é divisível e não há prejuízo da solução, permitindo assim ampla participação de licitantes.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não há contratações que se pretende realizar, nem contratações que dela dependam.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. Em consideração ao alinhamento entre objeto de contratação com o planejamento do órgão ou entidade, a partir da previsão no Plano Anual de Contratações 2026 (PCA 2026), observa-se o que diz art. 7º, inciso IX, da Instrução Normativa nº40/2020:

“IX – Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão”

11.2. Em complemento a IN 40/2020, explica-se o Art. 2º da Normativa 01/2019:

“Art. 2º Cada Unidade de Administração de Serviços Gerais – EASG deverá elaborar anualmente o respectivo PCA, contendo todos os itens que pretende contratar no exercício subsequente.”

11.3. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do órgão, encontrando-se alinhada ao planejamento institucional e às necessidades administrativas previamente identificadas para o exercício. O objeto consta do referido plano, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. O objetivo da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea, como órgão licitante, é permitir a aquisição de gêneros alimentícios, visando à melhoria do serviço de abastecimento desta Organização Militar, bem como ao adequado atendimento das necessidades alimentares da tropa.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. O material será recebido e inspecionado por profissionais da área que atestarão a qualidade e quantidade do item, bem como sua conformidade diante da descrição prévia. Em caso de divergências do pedido com o material ou serviço entregue, o fornecedor fica responsável pelas despesas acrescidas, bem como a retificação do suprimento em tempo hábil previamente estipulado no Termo de Referência e/ou contrato quando for o caso, sujeitando-se a sanções legais que regem este, no caso de descumprimentos dessas ações.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Objetivando minimizar os possíveis impactos ambientais, conforme já descrito, tomou-se algumas medidas objetivando garantir os critérios e requisitos de sustentabilidade, como a utilização de materiais reciclados e o armazenamento em embalagens mais compactas.

14.2. O impacto causado pelo desgaste dos materiais das embalagens será mínimo visto que essa OM possui instalada em suas dependências pontos de coleta seletivas de lixo para o descarte correto dos resíduos.

14.3. Para atender os critérios de sustentabilidade o Edital e Termo de Referência da contratação deverão conter tópico específico para o assunto.

14.4. A Contratada deverá adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao Art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01 /STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, dentre as quais:

- I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III - Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11 /2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio;
- IV - Atendimento aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11 /02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata;
- VI- Atendimento aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05 /1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata;
- VII- e possuir, de acordo com a classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem constante na tabela do INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia: menor consumo energético e Selo de emissão de poluentes, no mínimo 03 (três) estrelas verdes.

14.5. A contratada deverá seguir o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição/2025, da Advocacia-Geral da União, especialmente quanto aos critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto contratado.

## 15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base nas justificativas presentes neste Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **LEONARDO BUENO SIRENA**  
Data: 01/06/2026 18:21:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LEONARDO BUENO SIRENA**  
Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente  
 **ANDRE ALVES PINTO**  
Data: 01/06/2026 18:32:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ANDRE ALVES PINTO**  
Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente  
 **MATHEUS VASCONCELOS DE ARAUJO**  
Data: 01/06/2026 18:27:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MATHEUS VASCONCELOS DE ARAUJO**  
Equipe de apoio

ASSINADO DIGITALMENTE  
**SAMUEL TEIXEIRA VERRI**  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>  


**SAMUEL TEIXEIRA VERRI**  
Autoridade competente

LISTA DE ITENS E QUANTIDADES PREGÃO 90003/2026 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO								
Nr item	CATMAT	Descrição	Unidade de medida	Qtde 2ª Bia	Qtde 7º RC Mec	Quantidade total	Valor Unitário	Valor Total
1	462601	Doce Leite Tipo: Tradicional, Prazo Validade Mínimo: 12 Meses, Característica Adicional: Isento De Amido	Pote 1 KG	360	800	1160	R\$ 35,03	R\$ 40.634,80
2	462657	Doce Não Confeitado Tipo: Em Calda, Sabor: Abacaxi	Lata 400 G	400	650	1050	R\$ 14,07	R\$ 14.773,50
3	462675	Doce Não Confeitado Tipo: Em Calda, Sabor: Figo	Lata 400 G	400	650	1050	R\$ 14,37	R\$ 15.088,50
4	462684	Doce Não Confeitado Tipo: Em Calda, Sabor: Pêssego	Lata 400 G	400	650	1050	R\$ 12,03	R\$ 12.631,50
5	462638	Doce Não Confeitado Tipo: Massa, Sabor: Paçoca, Forma Apresentação: Rolha	Embalagem 1 KG	800	1800	2600	R\$ 25,25	R\$ 65.650,00
6	462652	Doce Não Confeitado Tipo: Massa, Sabor: Pé De Moleque, Forma Apresentação: Tablete	Embalagem 1 KG	600	1200	1800	R\$ 35,54	R\$ 63.972,00
7	462679	Doce Não Confeitado Tipo: Massa, Sabor: Goiaba	Embalagem 250 G	420	900	1320	R\$ 4,37	R\$ 5.768,40
8	462729	Gelatina Alimentícia Apresentação: Pó, Sabor: Variado, Origem: Animal	Pacote 1 KG	1200	2500	3700	R\$ 18,04	R\$ 66.748,00
9	396583	Pó Para Flan Sabor: Chocolate, Tipo Uso: Sobremesa	Quilograma	600	2000	2600	R\$ 19,04	R\$ 49.504,00
10	462751	Pó Pudim Sabor: Variado, Prazo Validade Mínimo: 12 Meses	Embalagem 1 KG	600	1500	2100	R\$ 11,09	R\$ 23.289,00
11	462772	Sorvete Tipo: Sorvete - Base Leite, Sabor: Variado, Forma Apresentação: Massa / Cremoso	Embalagem 2 L	120	200	320	R\$ 30,10	R\$ 9.632,00
12	445484	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa 500 ML	600	1800	2400	R\$ 4,57	R\$ 10.968,00
13	445479	Água Mineral Natural Tipo: Com Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa 500 ML	600	1800	2400	R\$ 2,58	R\$ 6.192,00
14	217784	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Cola	Garrafa 2 L	480	700	1180	R\$ 8,56	R\$ 10.100,80
15	217785	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Guaraná	Garrafa 2 L	480	700	1180	R\$ 9,14	R\$ 10.785,20
16	217782	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Limão	Garrafa 2 L	480	700	1180	R\$ 7,50	R\$ 8.850,00
17	217781	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Laranja	Garrafa 2 L	480	700	1180	R\$ 7,97	R\$ 9.404,60
18	217783	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Uva	Garrafa 2 L	480	700	1180	R\$ 8,34	R\$ 9.841,20
19	217784	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Cola	Lata 250 ML	400	680	1080	R\$ 2,48	R\$ 2.678,40
20	217785	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Guaraná	Lata 250 ML	400	680	1080	R\$ 3,28	R\$ 3.542,40
21	217782	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Limão	Lata 250 ML	400	680	1080	R\$ 4,51	R\$ 4.870,80
22	217781	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope, Sabor: Laranja	Lata 250 ML	400	680	1080	R\$ 3,71	R\$ 4.006,80
23	463550	Achocolatado Apresentação: Líquido, Sabor: Tradicional, Prazo Validade Mínimo: 06 Meses, Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas	Caixa 200 ML	240	800	1040	R\$ 2,50	R\$ 2.600,00
24	463568	Café Apresentação: Solúvel Granulado, Intensidade: Média, Tipo: Tradicional	Pacote 250 G	240	1300	1540	R\$ 14,30	R\$ 22.022,00
25	471259	Chocolate Tipo: Preto, Apresentação: Granulado, Sabor: Tradicional	Quilograma	120	600	720	R\$ 20,12	R\$ 14.486,40
26	463544	Chocolate Tipo: Preto, Apresentação: Massa, Sabor: Meio Amargo, Prazo Validade Mínimo: 12 Meses, Característica Adicional: Calorias Reduzidas - Light	Quilograma	300	380	680	R\$ 30,18	R\$ 20.522,40
27	467317	Chocolate Tipo: Preto, Apresentação: Gotas, Sabor: Ao Leite	Quilograma	120	200	320	R\$ 28,06	R\$ 8.979,20

28	447640	Carne De Ave In Natura Tipo Animal: Frango, Tipo Corte: Coração, Apresentação: Inteiro, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	150	800	950	R\$ 33,06	R\$ 31.407,00
29	447666	Carne Defumada Tipo Corte: Toucinho (Bacon), Tipo Animal: Suína, Apresentação: Em Mantas, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	350	500	850	R\$ 30,02	R\$ 25.517,00
30	447747	Carne Processada Variedade: Hamburguer, Tipo: Bovino, Sabor: Temperado, Estado De Conservação: Congelado(A)	Embalagem 1 KG	160	1500	1660	R\$ 13,98	R\$ 23.206,80
31	447702	Embutido Tipo: Linguiça Calabresa, Tamanho: Grossa, Tipo Preparação: Defumada, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	350	1000	1350	R\$ 24,00	R\$ 32.400,00
32	447705	Embutido Tipo: Linguiça Toscana, Tamanho: Grossa, Tipo Preparação: Fresca, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	350	1500	1850	R\$ 17,89	R\$ 33.096,50
33	447720	Embutido Tipo: Salsicha Hot Dog, Tipo Preparação: Cozida, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	360	900	1260	R\$ 14,30	R\$ 18.018,00
34	447765	Frios Variedade: Apresuntado, Tipo Preparação: Cozido, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Resfriado (A)	Quilograma	120	400	520	R\$ 18,00	R\$ 9.360,00
35	447764	Frios Variedade: Apresuntado, Tipo Preparação: Cozido, Apresentação: Fatiado, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	400	900	1300	R\$ 21,07	R\$ 27.391,00
36	447785	Frios Variedade: Mortadela, Tipo Preparação: Cozido, Composição: Sem Toucinho Em Cubos, Apresentação: Fatiado, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	120	500	620	R\$ 19,13	R\$ 11.860,60
37	447781	Frios Variedade: Mortadela, Tipo: Bologna, Tipo Preparação: Defumado, Apresentação: Fatiado, Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	600	900	1500	R\$ 22,19	R\$ 33.285,00
38	448999	Peixe Em Conserva Variedade: Atum, Apresentação: Ralado, Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível	Embalagem 170 G	240	250	490	R\$ 10,00	R\$ 4.900,00
39	449006	Peixe Em Conserva Variedade: Sardinha, Apresentação: Descabeçada E Eviscerada, Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível	Embalagem 125 G	240	250	490	R\$ 8,03	R\$ 3.934,70
40	463938	Condimento Tipo: Alho, Apresentação: Natural, Adicional: Cabeça	Quilograma	60	180	240	R\$ 30,01	R\$ 7.202,40
41	463860	Condimento Tipo: Alho, Apresentação: Granulado	Quilograma	60	180	240	R\$ 23,79	R\$ 5.709,60
42	463872	Condimento Tipo: Canela, Apresentação: Pó	Embalagem 250 G	120	400	520	R\$ 7,58	R\$ 3.941,60
43	463892	Condimento Tipo: Cravo Da Índia, Apresentação: Flor	Embalagem 250 G	120	500	620	R\$ 24,97	R\$ 15.481,40
44	463894	Condimento Tipo: Curry, Apresentação: Pó	Embalagem 250 G	120	500	620	R\$ 5,73	R\$ 3.552,60
45	463921	Condimento Tipo: Pimenta Do Reino, Apresentação: Grão	Embalagem 250 G	120	300	420	R\$ 3,57	R\$ 1.499,40
46	463920	Condimento Tipo: Pimenta Do Reino, Apresentação: Moído	Embalagem 250 G	120	500	620	R\$ 2,77	R\$ 1.717,40
47	459670	Massa De Tomate Tipo: Extrato Concentrado, Composição: Tradicional, Apresentação: Creme	Embalagem 300 G	3000	5000	8000	R\$ 5,76	R\$ 46.080,00
48	459672	Massa De Tomate Tipo: Molho Pronto, Composição: Tradicional, Apresentação: Líquido	Quilograma	600	1000	1600	R\$ 7,83	R\$ 12.528,00
49	620460	Massa De Tomate Tipo: Molho Pronto, Composição: Polpa De Tomate, Sal, Temperos Naturais, Apresentação: Líquido	Embalagem 300 G	420	1000	1420	R\$ 4,86	R\$ 6.901,20
50	459658	Molho De Mesa Tipo: Maionese, Composição: Tradicional, Apresentação: Creme	Quilograma	250	800	1050	R\$ 15,13	R\$ 15.886,50
51	459663	Molho De Mesa Tipo: Catchup, Composição: Tradicional, Apresentação: Creme	Quilograma	250	800	1050	R\$ 16,29	R\$ 17.104,50

52	459667	Molho De Mesa Tipo: Mostarda, Composição: Tradicional, Apresentação: Creme	Quilograma	250	800	1050	R\$ 12,33	R\$ 12.946,50
53	459655	Molho De Mesa Tipo: Inglês, Composição: Tradicional, Apresentação: Líquido	Embalagem 150 ML	420	800	1220	R\$ 2,52	R\$ 3.074,40
54	459653	Molho De Mesa Tipo: Shoyu, Composição: Tradicional, Apresentação: Líquido	Embalagem 150 ML	360	800	1160	R\$ 4,07	R\$ 4.721,20
55	241553	Molho Pimenta Composição: Água/Pimenta Vermelha Moída/Vinagre De Alcool/Sal, Aplicação: Alimentos, Tipo Uso: Culinária Em Geral	Frasco 150 ML	240	500	740	R\$ 2,47	R\$ 1.827,80
56	454017	Sal Tipo: Refinado, Aplicação: Alimentícia, Teor Máximo Sódio: 390MG/G, Acidez: 7,0PH	Quilograma	1000	3000	4000	R\$ 3,04	R\$ 12.160,00
57	454018	Sal Tipo: Grosso, Aplicação: Alimentícia, Teor Máximo Sódio: 390MG/G, Acidez: 7,0PH	Quilograma	450	1800	2250	R\$ 3,01	R\$ 6.772,50
58	241572	Tempero Apresentação: Tablete, Aplicação: Uso Culinário, Sabor: Carne	Quilograma	240	600	840	R\$ 6,16	R\$ 5.174,40
59	241571	Tempero Apresentação: Tablete, Aplicação: Uso Culinário, Sabor: Galinha	Quilograma	240	600	840	R\$ 6,20	R\$ 5.208,00
60	233873	Tempero Tipo: Completo Sem Pimenta, Apresentação: Pasta, Aplicação: Uso Culinário	Quilograma	600	2000	2600	R\$ 13,09	R\$ 34.034,00
61	458149	Tempero Tipo: Chimichurri À Base De Ervas E Especiarias, Apresentação: Pasta, Aplicação: Bife, Churrasco E Assado	Pacote 1 KG	350	800	1150	R\$ 18,81	R\$ 21.631,50
62	249818	Vinagre Matéria-Prima: Vinho Branco, Tipo: Neutro, Acidez: 4PER, Aspecto Físico: Líquido, Aspecto Visual: Limpido E Sem Depósitos	Frasco 750 ML	250	600	850	R\$ 4,50	R\$ 3.825,00
63	249817	Vinagre Matéria-Prima: Vinho Tinto, Tipo: Neutro, Acidez: 4PER, Aspecto Físico: Líquido, Aspecto Visual: Limpido E Sem Depósitos	Frasco 750 ML	250	600	850	R\$ 4,52	R\$ 3.842,00
64	461222	Aromatizante Artificial Apresentação: Líquido Incolor, Sabor: Baunilha	Embalagem 1L	50	100	150	R\$ 16,08	R\$ 2.412,00
65	463707	Batata Processada Espécie: Inglesa, Tipo Formato: Palha, Tipo: Frita, Apresentação: Pronto Para Consumo	Embalagem 1 KG	300	2800	3100	R\$ 25,12	R\$ 77.872,00
66	461652	Gás Refino De Petróleo Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp, Uso: Doméstico	Quilograma	2340	1495	3835	R\$ 18,38	R\$ 70.487,30
67	461651	Gás Refino De Petróleo Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp, Uso: Industrial	Quilograma	4100	3300	7400	R\$ 19,83	R\$ 146.742,00
68	352291	Marmitta Descartável Material: Alumínio, Tamanho: N° 9, Características Adicionais: Tampa De Alumínio / Fechamento A Máquina	Caixa 100 UN	200	800	1000	R\$ 46,98	R\$ 46.980,00
69	463698	Azeite Espécie Vegetal: De Oliva, Tipo: Composto, Teor Da Acidez: Menor Que 1%, Ingredientes Adicionais: Refinado E Virgem	Embalagem 500 ML	240	300	540	R\$ 34,21	R\$ 18.473,40
70	305354	Bebida Láctea Sabor: Variado, Apresentação: Embalagem Tetrapack	Bandeja 6 UN	240	1500	1740	R\$ 8,56	R\$ 14.894,40
71	446532	Creme De Leite Teor Gordura: Até 20% De Gordura, Processamento: Uht	Embalagem 200 G	2160	4000	6160	R\$ 4,17	R\$ 25.687,20
72	446706	Iogurte Natural Teor Gordura: Integral, Sabor: Sortidos, Componentes: Com Polpa Ou Pedacos De Fruta	Embalagem 1 L	400	1000	1400	R\$ 13,50	R\$ 18.900,00
73	464011	Leite Côco Tipo: Integral, Prazo Validade Mínimo: 12 Meses	Caixa 200 ML	60	150	210	R\$ 5,33	R\$ 1.119,30

74	464014	Leite Condensado Tipo: Integral, Ingrediente Básico: Leite In Natura	Caixa 395 G	1350	3000	4350	R\$ 7,60	R\$ 33.060,00
75	446397	Manteiga Tipo: Extra, Composição: Com Sal, Tratamento: Maturada	Pote 200 G	240	500	740	R\$ 10,74	R\$ 7.947,60
76	446618	Ovo Origem: Galinha, Grupo: Branco, Classe: A, Tipo: Grande	Bandeja 30 UN	2100	2800	4900	R\$ 26,49	R\$ 129.801,00
77	446622	Ovo Origem: Galinha, Grupo: Vermelho, Classe: A, Tipo: Grande	Bandeja 30 UN	1000	1800	2800	R\$ 28,23	R\$ 79.044,00
78	446633	Queijo Origem: De Vaca, Variedade: Muçarela, Apresentação: Peça	Quilograma	1000	2400	3400	R\$ 45,32	R\$ 154.088,00
79	446639	Queijo Origem: De Vaca, Variedade: Prato, Apresentação: Peça	Quilograma	1000	2400	3400	R\$ 45,27	R\$ 153.918,00
80	446654	Queijo Origem: De Vaca, Variedade: Ricota, Tipo: Fresco, Apresentação: Peça	Embalagem 200 G	400	600	1000	R\$ 12,95	R\$ 12.950,00
81	446648	Queijo Origem: De Vaca, Variedade: Parmesão, Apresentação: Ralado	Embalagem 500 G	600	1200	1800	R\$ 37,67	R\$ 67.806,00
82	459079	Amido Base: De Mandioca, Grupo: Fécula, Acidez: Polvilho Doce, Aspecto Físico: Tipo 1	Embalagem 1 KG	1200	2500	3700	R\$ 6,49	R\$ 24.013,00
83	459084	Amido Base: De Mandioca, Grupo: Tapioca, Subgrupo: Sagu Artificial, Aspecto Físico: Tipo 1	Embalagem 500 G	400	1000	1400	R\$ 5,68	R\$ 7.952,00
84	459085	Amido Base: De Mandioca, Grupo: Tapioca, Subgrupo: Goma	Embalagem 500 G	400	1000	1400	R\$ 5,21	R\$ 7.294,00
85	460501	Aveia Beneficiada Classe: Branca, Apresentação: Em Flocos Finos, Presença De Glúten: Contém Glúten	Embalagem 500 G	400	600	1000	R\$ 7,38	R\$ 7.380,00
86	460502	Aveia Beneficiada Classe: Branca, Apresentação: Em Flocos Grossos, Presença De Glúten: Contém Glúten	Embalagem 500 G	400	400	800	R\$ 7,18	R\$ 5.744,00
87	467358	Barra Nutricional Composição Básica: De Flocos De Cereais, Ingredientes Adicionais: Frutas Secas E Mel	Unidade	1200	2000	3200	R\$ 2,50	R\$ 8.000,00
88	316835	Biscoito Apresentação: Sortido, Tipo: Amanteigado, Classificação: Doce, Aplicação: Alimentação Humana	Pacote 360 G	600	1500	2100	R\$ 7,10	R\$ 14.910,00
89	217132	Biscoito Apresentação: Retangular, Sabor: Maizena, Características Adicionais: Sem Recheio, Classificação: Doce	Pacote 500 G	600	800	1400	R\$ 5,85	R\$ 8.190,00
90	232144	Biscoito Apresentação: Redondo, Sabor: Não Aplicável, Tipo: Maria, Características Adicionais: Sem Recheio, Classificação: Doce	Pacote 375 G	800	1500	2300	R\$ 5,20	R\$ 11.960,00
91	255869	Biscoito Apresentação: Retangular, Sabor: Ovo, Tipo: Champagne, Ingredientes: Açúcar Farinha De Trigo, Glúten, Ovo E Sal, Aplicação: Alimentação Humana, Prazo Validade: 10MESES	Pacote 400 G	600	1500	2100	R\$ 9,29	R\$ 19.509,00
92	304977	Biscoito Apresentação: Waffer, Sabor: Variado	Pacote 120 G	500	1000	1500	R\$ 3,63	R\$ 5.445,00
93	376641	Biscoito Sabor: Doce, Tipo: Cookies, Características Adicionais: Sem Recheio, Com Gotas De Chocolate, Cookies	Pacote 75 G	400	800	1200	R\$ 4,13	R\$ 4.956,00
94	323479	Biscoito Características Adicionais: Com Recheio, Classificação: Doce, Aplicação: Alimentação Humana	Pacote 120 G	360	500	860	R\$ 2,33	R\$ 2.003,80
95	402158	Biscoito Sabor: Salgado, Tipo: Cream Cracker, Ingredientes: Sem Gordura Trans, Características Adicionais: Quadrado	Pacote 360 G	400	900	1300	R\$ 5,48	R\$ 7.124,00
96	477541	Biscoito Sabor: Milho, Tipo: Rosquinha, Ingredientes: Açúcar, Amido De Milho, Farinha De Trigo, Características Adicionais: Sem Recheio	Pacote 500 G	400	800	1200	R\$ 8,96	R\$ 10.752,00

97	463971	Cereal Matinal/Lanches Tipo: Flocos Pré-Cozidos, Ingredientes Principais: Milho, Ingredientes Adicionais: Fortificado Com Vitaminas E Minerais, Característica Adicional: Sem Açúcar	Quilograma	240	650	890	R\$ 20,48	R\$ 18.227,20
98	444323	Cereal Preparado Aspecto Físico: Grãos, Componentes: Aveia, Banana, Maçã E Canela, Características Adicionais: Granola	Lata 500 G	240	600	840	R\$ 13,31	R\$ 11.180,40
99	459015	Farinha De Milho Grão: Amarelo, Tipo: Biju, Apresentação: Torrada, Característica Adicional: Transgênico, Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico	Embalagem 1 KG	800	1800	2600	R\$ 4,35	R\$ 11.310,00
100	460263	Farinha De Trigo Grupo: Doméstico, Tipo: Tipo 1, Especial, Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico	Quilograma	1200	2400	3600	R\$ 10,20	R\$ 36.720,00
101	459596	Fermento Tipo: Biológico Seco, Apresentação: Pó Granulado	Embalagem 500 G	350	500	850	R\$ 15,08	R\$ 12.818,00
102	462245	Massa Alimentícia Tipo: Para Pastel, Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada, Apresentação: Fresca/Resfriada, Formato: Em Rolo	Embalagem 1 KG	800	1200	2000	R\$ 15,05	R\$ 30.100,00
103	465350	Massa Alimentícia Tipo: Para Lasanha, Base Da Massa: Farinha De Trigo Refinada, Apresentação: Fresca/Resfriada, Formato: Laminada	Embalagem 500 G	800	1200	2000	R\$ 10,23	R\$ 20.460,00
104	279242	Mistura Alimentícia Ingredientes: Farinha De Trigo, Açucar, Fermento Em Pó, Sabor: Natural, Aplicação: Bolo	Embalagem 400 G	800	1600	2400	R\$ 5,29	R\$ 12.696,00
105	242454	Mistura Alimentícia Ingredientes: Farinha De Trigo, Sal, Estabilizante Etxxv, Enzi -, Sabor: Natural, Aplicação: Pão Francês	Saco 25 KG	200	400	600	R\$ 130,29	R\$ 78.174,00
106	460494	Pão De Queijo Basa Da Massa: Polvilho Doce Ou Azedo E Queijo, Ingredientes Adicionais: Com Outros Sabores, Formato: Tradicional/Médio, Apresentação: Cru Congelado	Quilograma	400	800	1200	R\$ 18,20	R\$ 21.840,00
107	447412	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Costela, Apresentação: Cortada, Estado De Conservação: Congelado(A)	Quilograma	600	800	1400	R\$ 27,56	R\$ 38.584,00
108	447414	Carne Bovina In Natura Tipo Corte: Costela, Apresentação: Pedaco, Estado De Conservação: Congelado(A)	Quilograma	600	800	1400	R\$ 25,46	R\$ 35.644,00
109	481586	Carne Processada Variedade: Patê, Tipo: Mista, Apresentação: Enlatado, Tipo Preparação: Pronto Para Consumo, Estado De Conservação: Conserva	Embalagem 100 G	460	750	1210	R\$ 5,00	R\$ 6.050,00
110	463925	Condimento Tipo: Pimenta Calabresa, Apresentação: Semente	Embalagem 500 G	200	300	500	R\$ 17,34	R\$ 8.670,00
111	471859	Fruta Tipo 1: Melão Gaúcho, Apresentação: Natural	Quilograma	800	1000	1800	R\$ 8,32	R\$ 14.976,00
112	464422	Fruta Tipo: Melão Amarelo, Apresentação: Natural	Quilograma	600	1000	1600	R\$ 5,96	R\$ 9.536,00
113	464406	Fruta Tipo: Manga Tommy, Apresentação: Natural	Quilograma	600	800	1400	R\$ 7,98	R\$ 11.172,00
114	464405	Fruta Tipo: Mamão Formosa, Apresentação: Natural	Quilograma	800	1000	1800	R\$ 11,02	R\$ 19.836,00
115	464401	Fruta Tipo: Maçã Fuji, Apresentação: Natural	Quilograma	2400	3500	5900	R\$ 8,91	R\$ 52.569,00
116	464398	Fruta Tipo: Limão Taiti, Apresentação: Natural	Quilograma	400	900	1300	R\$ 7,04	R\$ 9.152,00
117	464393	Fruta Tipo: Laranja Pera, Apresentação: Natural	Quilograma	400	800	1200	R\$ 7,02	R\$ 8.424,00
118	464333	Fruta Tipo: Pêssego, Apresentação: Natural	Quilograma	400	800	1200	R\$ 12,56	R\$ 15.072,00
119	481121	Verdura In Natura* Tipo: Repolho Verde, Espécie: Comum, Aplicação: Culinária Em Geral, Características Adicionais: 1ª Qualidade/Folha Verde Vivo/Sem Fungos.	Quilograma	800	1000	1800	R\$ 4,95	R\$ 8.910,00
120	481117	Verdura In Natura* Tipo: Repolho Roxo, Espécie: Comum, Aplicação: Culinária Em Geral, Características Adicionais: Classificação: A	Quilograma	600	1000	1600	R\$ 10,25	R\$ 16.400,00



121	617162	Legume In Natura Tipo 1: Batata Doce Casca Rosada, Apresentação: Natural	Quilograma	1200	1500	2700	R\$ 5,86	R\$ 15.822,00
122	612820	Legume In Natura Tipo: Batata Inglesa, Apresentação: Congelado, Adicional: Cubos	Quilograma	1600	2500	4100	R\$ 9,62	R\$ 39.442,00
123	466592	Legume In Natura Tipo 1: Tomate Gaúcho	Quilograma	1200	2000	3200	R\$ 14,79	R\$ 47.328,00
124	463809	Legume In Natura Tipo: Pimentão Verde	Quilograma	400	600	1000	R\$ 9,74	R\$ 9.740,00
125	463808	Legume In Natura Tipo: Pimentão Vermelho	Quilograma	250	600	850	R\$ 17,53	R\$ 14.900,50
126	463802	Legume In Natura Tipo: Pimentão Amarelo	Quilograma	250	600	850	R\$ 16,17	R\$ 13.744,50
127	463795	Legume In Natura Tipo: Mandioca / Aipim	Quilograma	1600	1000	2600	R\$ 6,81	R\$ 17.706,00
128	463781	Legume In Natura Tipo: Cebola Branca	Quilograma	800	1200	2000	R\$ 4,77	R\$ 9.540,00
129	463780	Legume In Natura Tipo: Cebola Roxa	Quilograma	600	1000	1600	R\$ 6,14	R\$ 9.824,00
130	463770	Legume In Natura Tipo: Cenoura	Quilograma	1200	1600	2800	R\$ 8,18	R\$ 22.904,00
131	463767	Legume In Natura Tipo: Beterraba	Quilograma	1200	1600	2800	R\$ 5,18	R\$ 14.504,00
132	463748	Legume In Natura Tipo: Abóbora Cabotiá / Japonesa	Quilograma	1200	1800	3000	R\$ 4,61	R\$ 13.830,00
133	463843	Verdura In Natura Tipo: Espinafre, Apresentação: Orgânica	Molho	400	800	1200	R\$ 4,41	R\$ 5.292,00
134	463833	Verdura In Natura Tipo: Alface Lisa	Molho	800	1500	2300	R\$ 5,91	R\$ 13.593,00
135	463832	Verdura In Natura Tipo: Alface Crespa	Molho	600	1500	2100	R\$ 4,39	R\$ 9.219,00
136	463826	Verdura In Natura Tipo: Rúcula	Molho	800	1200	2000	R\$ 6,01	R\$ 12.020,00
137	609442	Legume In Natura Tipo: Tomate Salada, Apresentação: Orgânico	Quilograma	1200	1900	3100	R\$ 5,40	R\$ 16.740,00
138	464374	Fruta Tipo: Abacaxi Pérola, Apresentação: Natural	Unidade	600	900	1500	R\$ 6,90	R\$ 10.350,00
139	462831	Legume Em Conserva Tipo: Ervilha, Adicional: À Vácuo	Embalagem 2 KG	600	800	1400	R\$ 25,30	R\$ 35.420,00
140	462832	Legume Em Conserva Tipo: Milho Verde, Adicional: À Vácuo	Embalagem 2 KG	600	800	1400	R\$ 32,04	R\$ 44.856,00
141	344276	Pó Para Refresco Composição: Acidulante/Aromatizante/Maltodextrina/Aspartame/, Sabor: Laranja, Prazo Validade: 1ANOS	Pacote 1,00 KG	600	1200	1800	R\$ 9,40	R\$ 16.920,00
142	344273	Pó Para Refresco Composição: Acidulante/Aromatizante/Maltodextrina/Aspartame/, Sabor: Uva, Prazo Validade: 1ANOS	Pacote 1,00 KG	600	1200	1800	R\$ 11,02	R\$ 19.836,00
143	344277	Pó Para Refresco Composição: Acidulante/Aromatizante/Maltodextrina/Aspartame/, Sabor: Limão, Prazo Validade: 1ANOS	Pacote 1,00 KG	600	1200	1800	R\$ 16,72	R\$ 30.096,00
144	427816	Côco Ralado Ingredientes: Amêndoa De Côco , Apresentação: Desidratado E Triturado , Características Adicionais: Desengordura, Sem Glúten	Embalagem 1 KG	50	500	550	R\$ 35,03	R\$ 19.266,50
145	462647	Doce Não Confeitado Tipo: Massa Sabor: Banana Forma Apresentação: Tablete	Embalagem 300 G	500	1000	1500	R\$ 8,00	R\$ 12.000,00
146	464571	Leguminosa Variedade: Lentilha Marrom / Castanha	Embalagem 500 G	500	1000	1500	R\$ 10,06	R\$ 15.090,00
147	458920	Farinha De Mandioca	Embalagem 500 G	500	1500	2000	R\$ 3,67	R\$ 7.340,00
148	413364	Mel Abelha	Embalagem 500 ML	150	500	650	R\$ 27,12	R\$ 17.628,00
149	467050	Amido Base: De Milho	Embalagem 1KG	500	1000	1500	R\$ 7,51	R\$ 11.265,00
150	452507	Bolo Alimentício Sabor: Gotas De Chocolate Tipo: Panetone Peso: 400 G	Pacote 400 G	200	1000	1200	R\$ 15,52	R\$ 18.624,00
151	244498	Farofa Pronta Tipo: Tradicional Sabor: Natural Características Adicionais: Com Farinha De Madioca Temperada	Pacote 500 G	250	2000	2250	R\$ 8,76	R\$ 19.710,00

152	616623	Carvão Vegetal Material: Madeira Tipo: Eucalipto	Embalagem 5 KG	80	250	330	R\$ 30,12	R\$ 9.939,60
153	278878	Pó Para Flan Sabor: Caramelo Tipo Uso: Não Dietético	Pacote 1 KG	100	200	300	R\$ 17,02	R\$ 5.106,00
154	235794	Pó Para Flan Sabor: Baunilha, Tipo Uso: Não Dietético	Pacote 1 KG	100	200	300	R\$ 12,50	R\$ 3.750,00
155	462601	Doce Leite Tipo: Tradicional	Pacote 300 G	400	1500	1900	R\$ 10,03	R\$ 19.057,00
156	460491	Pão De Queijo Basa Da Massa: Polvilho Doce Ou Azedo E Queijo Ingredientes Adicionais: Original Formato: Tradicional/Médio Apresentação: Cru Congelado	Embalagem 1 KG	400	2000	2400	R\$ 18,87	R\$ 45.288,00
157	242449	Mistura Alimentícia Ingredientes: Farinha De Trigo, Açúcar Refinado, Gluten Natural Sabor: Laranja Aplicação: Bolo	Embalagem 450 G	120	500	620	R\$ 6,91	R\$ 4.284,20
158	242451	Mistura Alimentícia Ingredientes: Farinha De Trigo, Açúcar Refinado, Gluten Natural Sabor: Chocolate Aplicação: Bolo	Embalagem 450 G	120	500	620	R\$ 4,30	R\$ 2.666,00
159	463916	Condimento Tipo: Orégano Apresentação: Desidratado	Embalagem 500 G	200	800	1000	R\$ 10,79	R\$ 10.790,00
160	462825	Legume Em Conserva Tipo: Seleta	Embalagem 200 G	500	1500	2000	R\$ 4,99	R\$ 9.980,00
161	463857	Condimento Tipo: Açafrão Apresentação: Pó	Quilograma	30	100	130	R\$ 21,22	R\$ 2.758,60
162	407523	Adoçante Aspecto Físico: Líquido Transparente Ingredientes: Sucralose Tipo: Dietético Características Adicionais: Bico Dosador	Frasco 100 ML	25	100	125	R\$ 6,40	R\$ 800,00
163	464004	Bombom Cobertura: Chocolate Preto Recheio: Com Recheio Sabor: Diversos	Embalagem 1 KG	80	150	230	R\$ 46,37	R\$ 10.665,10
164	259754	Lenha Tipo Madeira: Eucalipto, Apresentação: Cortada, Aplicação: Combustível Caldeira	Metro Cúbico	140	300	440	R\$ 181,37	R\$ 79.802,80
165	463878	Condimento Tipo: Cebolinha	Molho	300	600	900	R\$ 6,07	R\$ 5.463,00
166	463831	Verdura In Natura Tipo: Couve-Flor	Unidade	400	1000	1400	R\$ 12,15	R\$ 17.010,00
167	463930	Condimento Tipo: Salsa , Apresentação: Natural	Molho	400	800	1200	R\$ 5,01	R\$ 6.012,00
168	463805	Legume In Natura Tipo: Tomate Italiano	Quilograma	600	1700	2300	R\$ 9,02	R\$ 20.746,00
169	464374	Fruta Tipo: Abacaxi Pérola , Apresentação: Natural	Quilograma	200	400	600	R\$ 8,55	R\$ 5.130,00
170	464418	Fruta Tipo: Melancia Vermelha , Apresentação: Natural	Quilograma	400	600	1000	R\$ 4,51	R\$ 4.510,00
171	464328	Fruta Tipo: Morango , Apresentação: Natural	Quilograma	100	500	600	R\$ 39,41	R\$ 23.646,00
172	446625	Ovo Origem: Codorna	Bandeja 12 UN	200	700	900	R\$ 38,56	R\$ 34.704,00
173	463803	Legume In Natura Tipo: Tomate Cereja	Quilograma	200	1000	1200	R\$ 20,18	R\$ 24.216,00
174	463856	Condimento Tipo: Alecrim , Apresentação: Desidratado	Embalagem 500 G	200	500	700	R\$ 11,01	R\$ 7.707,00
175	463905	Condimento Tipo: Louro , Apresentação: Pó	Embalagem 500 G	200	500	700	R\$ 15,28	R\$ 10.696,00
176	463787	Legume In Natura Tipo: Cogumelo Champignon	Embalagem 200 G	120	400	520	R\$ 16,79	R\$ 8.730,80
177	604671	Chá Alimentação Tipo: Misto Uso: Alimentício Sabor: Diversos Sabores	Caixa 10 UN	120	500	620	R\$ 6,68	R\$ 4.141,60
178	447792	Frios Variedade: Peito De Peru Tipo Preparação: Defumado Apresentação: Peça Inteira Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	300	1000	1300	R\$ 47,15	R\$ 61.295,00
179	447877	Frios Variedade: Salame , Tipo: Italiano , Apresentação: Peça Inteira , Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	200	1100	1300	R\$ 60,68	R\$ 78.884,00
180	447072	Queijo Origem: De Vaca , Variedade: Coalho , Tipo: Fresco , Apresentação: Peça	Embalagem 500 G	100	300	400	R\$ 35,21	R\$ 14.084,00
181	459153	Farinha De Rosca Base: De Pão Seco Apresentação: Flocado	Embalagem 500 G	300	600	900	R\$ 7,03	R\$ 6.327,00

182	460056	Saco Material: Plástico Capacidade: 10 KG Altura: 50 CM Largura: 40 CM Características Adicionais: Bobina Picotada	Bobina 500 UN	100	200	300	R\$ 70,95	R\$ 21.285,00
183	221317	Palito Material: Madeira Formato: Roliço Comprimento: 6 CM Aplicação: Higiene Dental	Caixa 100 UN	120	350	470	R\$ 1,45	R\$ 681,50
184	277926	Papel Filme Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Comprimento: 300 M Largura: 29 CM Aplicação: Proteção Equipamento Odontológico	Bobina 300 M	40	100	140	R\$ 36,15	R\$ 5.061,00
185	304403	Guardanapo De Papel Material: Celulose Largura: 20 CM Comprimento: 20 CM Cor: Branca	Pacote 50 UN	300	800	1100	R\$ 3,08	R\$ 3.388,00
186	459591	Fermento Tipo: Biológico Fresco, Apresentação: Pasta	Embalagem 500 G	100	250	350	R\$ 14,02	R\$ 4.907,00
187	428622	Touca Hospitalar Material*: Não Tecido 100% Polipropileno Modelo: Com Elástico Em Toda Volta Cor*: Sem Cor Gramatura*: Cerca De 60 G/M2 Tamanho*: Único Tipo Uso*: Descartável Característica Adicional 01: Hipoalergênica, Atóxica, Inodora, Unissex	Embalagem 100 UN	100	1000	1100	R\$ 8,58	R\$ 9.438,00
188	332547	Copo Descartável Material: Poliestireno , Capacidade: 300 ML, Aplicação: Água/Suco E Refrigerante , Características Adicionais: Não Tóxico , Cor: Branco	Pacote 100 Unidade	20	40	60	R\$ 7,52	R\$ 451,20
189	462690	Geléia Tipo: Frutas , Sabor: Variado , Prazo Validade Mínimo: 12 Meses	Pote 400 Grama	480	1000	1480	R\$ 7,95	R\$ 11.766,00
190	463754	Legume In Natura Tipo: Batata Inglesa	Quilograma	1800	2500	4300	R\$ 6,01	R\$ 25.843,00
191	463838	Verdura In Natura Tipo: Brócolis Japonês	Quilograma	800	1500	2300	R\$ 9,00	R\$ 20.700,00
192	463822	Verdura In Natura Tipo: Couve	Molho	600	800	1400	R\$ 5,01	R\$ 7.014,00
193	463796	Legume In Natura Tipo: Pepino	Quilograma	400	700	1100	R\$ 7,05	R\$ 7.755,00
194	464381	Fruta Tipo: Banana Prata / Banana Branca , Apresentação: Natural	Quilograma	2400	4000	6400	R\$ 6,67	R\$ 42.688,00
195	256542	Requeijão Ingredientes: Leite Desnatado, Creme De Leite, Acidulante, Ácido , Tipo: Cremoso , Conservação: 1 A 10 °C, Peso: 420 G, Tipo Embalagem: Pote Plástico , Prazo Validade: 60 (Fechado) DIA	Copo 200 G	640	850	1490	R\$ 10,58	R\$ 15.764,20
196	483871	Estrado Modular Material: Polietileno , Comprimento: 120 CM, Largura: 100 CM, Altura: 15 CM, Capacidade Carga: 2.000 K	Unidade	10	50	60	R\$ 203,43	R\$ 12.205,80
197	463556	Achocolatado Apresentação: Pó, Sabor: Tradicional, Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas	Embalagem 400,00 G	430	2000	2430	R\$ 7,32	R\$ 17.787,60
198	447737	Carne Salgada Tipo Corte: Orelha , Origem: Suína , Apresentação: Cortada , Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	50	400	450	R\$ 23,06	R\$ 10.377,00
199	447745	Carne Salgada Tipo Corte: Pé , Origem: Suína , Apresentação: Cortada , Estado De Conservação: Resfriado(A)	Quilograma	50	500	550	R\$ 16,44	R\$ 9.042,00
200	459638	Legume Em Conserva Tipo: Azeitona Verde , Tamanho: Média , Apresentação: Sem Caroço	Embalagem 500G	100	300	400	R\$ 17,04	R\$ 6.816,00
201	463764	Legume In Natura Tipo: Berinjela	Quilograma	50	200	250	R\$ 9,53	R\$ 2.382,50
202	470688	Farinha De Milho Grão: Amarelo , Tipo: Fubá , Característica Adicional: Não Transgênico	Embalagem 500G	730	2000	2730	R\$ 6,24	R\$ 17.035,20
203	463917	Condimento Tipo: Páprica , Apresentação: Pó	Embalagem 500G	50	100	150	R\$ 8,85	R\$ 1.327,50
204	461651	Gás Refino De Petróleo Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp, Uso: Industrial	Quilograma	600	1200	1800	R\$ 21,00	R\$ 37.800,00
205	446618	Ovo Origem: Galinha, Grupo: Branco, Classe: A, Tipo: Grande	Bandeja 30 UN	300	700	1000	R\$ 26,49	R\$ 26.490,00

[illegible]



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
2ª BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

Processo Administrativo nº 64158.001286/2026-87  
Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O(A) 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea, com sede no(a) Av. 24 de Maio, 1192 - Centro, na cidade de Santana do Livramento/RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.536.960/0001-45, neste ato representado(a) pelo(a) Capitão SAMUEL TEIXEIRA VERRI, nomeado(a) pela Portaria nº 45, de 28 de maio de 2024, publicada no Boletim do Exército nº 22-A, de 29 de maio de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 011625625-6, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 0003/2026, publicada no DOU de XX/XX/2026, processo administrativo nº 64158.001286/2026-87, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Registro de preço para eventual aquisição de Gás e Lenha, Material de Copa e Cozinha e Gêneros de Alimentação, em proveito da 2ª Bia AAAe (GERENCIADORA) e do 7º RC Mec (PARTICIPANTE) sediados na guarnição de Santana do Livramento, RS, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, ANEXO I do edital de licitação nº 90003/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 3.1. O órgão gerenciador será o(a) 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea.
- 3.2. Além do gerenciador, há órgãos e entidades públicas participantes do registro.
  - 3.2.1 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante

decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)

Data e Hora da Consulta: XX/XX/2021  
Usuário: xxxxxxxxxxxx

Nota de Empenho

UG Emitente Nome da UG Emitente

Moda  
Real – (R\$)

Ano Tipo Número  
2021 NE 6

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurs	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	168880	000000000	339030	120636	A0000XX0000

Data De Emissão	Tipo	Processo	Taxa De Câmbio	Valor
XX/XX/2021	Globo	67532.00XXXX/2021-XX	0,000	000,00

Favorecido Nome do Favorecido  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínia
126	Pregão	LEI 10.520/2002	1	-	-	-

Descrição  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Local de Entrega

Informação Complementar  
120636050000X02021

Sistema de Origem  
COMPRASNET-ME

Versão	Data /Hora	Operação
000	XX/XX/2021	Inclusão